



Anais da Assembléia

Nº 69

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 1980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elisio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ARTHUR MÜLLER, ocorrido no dia 06 transato, nesta Capital.

O infausto acontecimento veio enlutar a família paranaense que muito foi beneficiada pelo ex-Prefeito do então Município de Porto de Cima, pioneiro nas áreas da indústria e comércio modernos no litoral paranaense e nesta Capital, onde granjeou considerável número de amigos.

Outrossim, aprovado este requerimento, seja cientificada da decisão da Casa a ilustre e operosa família.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O signatário abaixo, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de profundo voto de pesar, nos Anais desta Casa, pelo passamento da Senhora Juraci S. Rola, servente da Escola de 1.º Grau Basílio Vicente de Castro, do Bairro Osvaldo Cruz, Cidade Industrial, nesta Capital.

Requer, outrossim, seja comunicada a família da extinta, no seguinte endereço: Rua 11, n.º 362 — Bairro Osvaldo Cruz —

Cidade Industrial.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de louvor, pela passagem, no dia de ontem, do Jubileu de Prata de Ordenação Sacerdotal do Padre FRANCO PRANDINI.

FRANCO PRANDINI, nasceu em Sarezzo, Itália, em 05 de março de 1931, sendo um dos cinco filhos do casal HUMBERTO PRANDINI e MARIA BARRONI PRANDINI, ambos já falecidos.

Estudou o primário em sua cidade natal e fez Filosofia e Teologia no Seminário da Congregação Sagrada Família de Nazaré em Bréscia - Itália, tendo sido ordenado sacerdote na Catedral de Bréscia em 18 de junho de 1955.

Exerceu seu sacerdócio nos Institutos Profissionalizantes da Congregação na Itália, tendo servido também em várias paróquias naquele País.

No dia 16 de abril de 1975, chega ao Brasil, desembarcando no Porto de Santos.

Em nosso País dedicou, inicialmente seus trabalhos sacerdotais nas Paróquias de Matelândia e Ramilândia, subordinadas a atual Diocese de Foz do Iguaçu.

No dia 07 de dezembro de 1978, chega a União da Vitória como primeiro vigário da nova Paróquia Urbana daquela cidade.

Por sua simplicidade e pela grandeza de seu coração, de imediato conquistou a todos, que ontem na Catedral de União da Vitória, cercado pelos fiéis e por vinte e cinco padres da Congregação e da Diocese, em Missa Solene, celebraram seu Jubileu de Prata Sacerdotal, cujas festividades terão prosseguimento no próximo dia 22, domingo, quando toda a comunidade de sua Paróquia se reunirá para uma grande festa em homenagem ao Padre FRANCO, cuja admiração e o respeito lhe é dedicado com espontaneidade em virtude de sua dedicação à doutrina da Igreja e na orientação espiritual de uma grande parcela da comunidade de União da Vitória.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado, na Casa Paroquial Sagrada Família, Paróquia Sagrada Família de Nazaré, Bairro São Cristóvão, em União da Vitória - PR.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ney Amintas de Barros Braga e Vilson Ronald Ribas Deconto, Digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado da Administração, para que determinem à EMOPAR que proceda reformas em diversos prédios públicos localizados no Município de Nova Aurora, que encontram-se em precário estado.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Jair de Oliveira Soares, Digníssimo Ministro da Previdência Social, solicitando a instalação de uma representação do FUNRURAL no recém criado Município de Jesuítas, desmembrado do Município de Formosa do Oeste.

A presente solicitação se fundamenta na grande dificuldade que os usuários enfrentam quando de sua utilização, pois, tem que se deslocarem até Formosa do Oeste, local de difícil acesso, o que vem acarretar aos mesmos, muitas vezes a perda de dias de trabalho.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Nivaldo Almeida Neto, Digníssimos Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que seja construída nova ponte sobre Rio das Cinzas, trecho da Rodovia que liga Itamaracá a Bandeirantes.

O presente pedido se prende ao precário estado em que se encontra a atual ponte que permite a passagem de somente um veículo de cada vez, o que se considera um absurdo em estrada tão fartamente utilizada, como é a estrada em questão.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Presidente do Banco do Brasil, OSVALDO COLIN, Presidente do Banco Central Sr. CARLOS GERALDO LANGONI e ao Presidente do Conselho Monetário Nacional para a instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil nos Municípios recém criados: Três Barras e Cafelândia do Oeste.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Os municípios recém criados de Três Barras e Cafelândia do Oeste têm contribuído eficazmente na grande produção agrícola da região Oeste do Paraná, sendo constituído na grande maioria por pequenos proprietários agrícolas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Sr. JUCUNDINO FURTADO, Presidente do Banco do Estado do Paraná, para a instalação de uma Agência do Banco do Estado do Paraná, nos Municípios de Cafelândia D'Oeste e Três Barras do Paraná, recém-criados.

Tal solicitação visa atender os reclamos daquela laboriosa população e das lideranças políticas que necessitam criar uma infra-estrutura própria para o desenvolvimento destes municípios recém-criados.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no artigo 70, do Regimento Interno, renuncio,

nesta data, a condição de suplente da Comissão Parlamentar de Inquérito que estuda prováveis irregularidades no DETRAN.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) WERNER WANDERER

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 87/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA CONSELHEIRO CARRÃO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

JUSTIFICATIVA:

A referida entidade que se pretende declarar de utilidade pública está em efetivo funcionamento e tem por finalidade a aproximação dos educandos, pais e responsáveis pelos alunos, visando a integração da escola e familiares ao meio social, incorporando-os desta forma à comunidade.

Entendemos que a referida entidade preenche os requisitos essenciais exigidos pela lei regulamentadora da matéria, razão porque, apresentamos esta proposição, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e conseqüente aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna tão somente para dar ciência principalmente à bancada do PDS, que acabamos de receber uma comissão representando a Associação do Magistério do Paraná.

São professores que realizaram assembléia geral extraordinária conjunta de três entidades, APP, APMP e APLP, na cidade de Ponta Grossa, em 15 de junho de 1980 e desta reunião, decidiram encaminhar através da Associação dos Professores do Paraná, o ofício n.º 224/80 ao Sr. Governador do Estado, dando conta das resoluções aprovadas naquele conclave e apresentando ao Sr. Governador do Estado, em nome da classe dos professores, reivindicações, principalmente na área salarial; ou seja, reajuste salarial semestral a partir de julho de 80, piso salarial de três salários-mínimos vigentes no País e elevação de nível de PA-1 para PB-2, dos professores normalistas que já tenham cumprido o estágio probatório. E, como quarto item, cumprimento pleno do Estatuto do Magistério, aprovado por esta Casa e sancionado pelo Governo anterior, já em plena vigência.

Resolveram ainda, aqueles professores que realizaram aquela assembléia extraordinária, encaminhar através do Poder Legislativo, não especificamente de nenhum Deputado e de nenhuma bancada, mas através do Poder Legislativo, na pessoa do Sr. Fabiano Braga Côrtes, idêntico expediente encaminhado ao Governador do Estado, pedindo que o Poder Legislativo encampe aquelas reivindicações, por sinal justas, dos professores junto ao Poder Executivo.

Recebi, na qualidade de Líder do PDS desta Casa, a mencionada comissão há poucos instantes. Ainda não pude examinar atentamente as reivindicações, dado à premência do tempo que mediou entre a conversa que tivemos e agora que estou ocupando a tribuna, Mas, "a priori", de antemão, quero dizer aos Srs. Professores e nem podia ser diferente, a bancada do PDS, como eu acredito e toda a Casa, as demais bancadas, vão lutar unidas para proporcionar aos professores, as reivindicações, desde que justas e suportáveis pelo Tesouro Estadual.

É evidente que tratando-se de matéria financeira, nenhuma iniciativa poderá ser tomada pelo Poder Legislativo, eis que esbarra em dispositivos constitucionais, que impedem legislar matéria. Primeiro, o que versa sobre o funcionalismo, segundo, que implique em despesas para os cofres públicos.

Mas o apoio que esta Casa dará às reivindicações, certamente sensibilizarão o Chefe do Poder Executivo, como sensível ele sempre foi, aos anseios justos, não só dos professores, mas de todos os segmentos da sociedade paranaense.

Queremos aqui deixar registrado, nos anais da Casa, que a nossa bancada envidará os esforços necessários para que haja, pelo menos, consideração no pedido que os Srs. fazem ao Governo do Estado do Paraná.

Era esta, Sr. Presidente, a comunicação que gostaríamos de fazer à Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Causou-nos estranheza o pronunciamento feito ontem, nesta Casa, que infelizmente não pude ouvir, do Deputado Edilson Alencar, no qual Sua Excelência crítica, na minha opinião, inoportunamente, o Governo do Estado, por ter defendido justamente com o Sr. Secretário da Indústria e Comércio, os interesses da Ilha do Mel, diante de uma solicitação feita por este Deputado, na semana passada.

Disse o Deputado Edilson Alencar que estranhava o fato do Governo do Estado ter, intempestivamente, tentado defender os interesses dos nativos daquela ilha.

Ora, é evidente que somente agora, quando uma empresa multinacional ou não — não me interessa — tentava obter na cessão por aforamento, dos direitos da Ilha do Mel, da principal faixa, qual seja a faixa de praia, e diante de uma denúncia feita por nós, na semana passada, o Governo do Estado houve por bem interferir, inclusive mandando um telex ao Ministério da Fazenda ao qual está subordinado o SPU.

E ontem, o Deputado Edilson Alencar, na nossa opinião foi muito infeliz, e tinha que ir à tribuna para elogiar e não para criticar a tomada de posição feita pelo Governo do Estado, muito certa, muito oportuna, muito feliz, porque, se os interesses dos nativos daquela Ilha, do pescador, hoje estão ameaçados, é claro que, somente hoje é que o Governo do Estado tomaria esta atitude defensiva.

Estamos hoje dizendo da nossa surpresa por esse pronunciamento, porque ele foi inoportuno e intempestivo. Inoportuno e intempestivo foi o discurso do Deputado Edilson Alencar quando fez esta afirmativa ontem.

Anteriormente aos interesses dessa empresa, do Sr. Ayrton João Cornelsen ter tentado conseguir por aforamento, estava tudo tranqüilo, não havia motivação para que o Governo do Estado se arvorasse em defensor dos nativos da Ilha do Mel. Hoje sim, estamos aqui para justificar a nossa posição e dizer o que o Deputado não disse ontem, nós dizemos hoje: feliz a iniciativa do Governador do Estado, pedindo ao Delegado do SPU, e, no dia seguinte, no dia posterior, num telex enviado ao Ministro da Fazenda, pedindo o controle da Ilha do Mel. Portanto, está feita a necessária retificação, observação ao discurso do Deputado Edilson Alencar, pronunciado no dia de ontem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Temos acompanhado com interesse e satisfação a obra que vem realizando o Governo do Estado do Paraná no setor do Poder Judiciário, por intermédio do Sr. Dr. Otávio Cesário Pereira Júnior, dinâmico Secretário da Justiça.

Tais esforços têm sido realizados não só na criação de

novas Comarca, ou de novas Varas Judiciárias em Comarcas já existentes, cujos serviços, entretanto, aumentam dia a dia.

Estamos também assistindo aos esforços para dotar a cidade de Londrina — destacado pólo sócio-econômico-cultural do Paraná, — de um Fórum onde possam funcionar dezenas de ilustres Juizes de Direito, dezenas de nobres Promotores de Justiça, dezenas de Cartórios e os relevantes trabalhos do Tribunal do Júri.

Não menor tem sido o trabalho, bem organizado, pela Secretaria da Justiça no sentido de recuperar os detentos e os presidiários, reduzindo as percentagens de reincidentes e, preparando muitos presidiários para os trabalhos normais, de acordo com o conhecimento de cada um, reintegrando-os na sociedade.

Por conhecer a perfeita sintonização do Poder Executivo com o Poder Judiciário, sob a presidência do eminente Desembargador Marino Bueno Braga, é que tomamos a liberdade de propor como ora estamos propondo, o desmembramento dos Municípios de Sertaneja e Leopólis, da Comarca de Cornélio Procopio, com a criação de Comarcas em ambos municípios desde que satisfaçam as exigências legais para tal fim necessárias, quanto ao volume de processos carreados para a atual comarca. Os desmembramentos, além de proporcionar grande economia de tempo, ensejariam ainda a oportunidade de premiar os municípios com a criação de novos cartórios, incluindo os da Justiça eleitoral.

Assim agimos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, por estarmos seguramente informados do crescente aumento de serviços na sede da Comarca de Cornélio Procopio, com cujo desdobramento antes apontado, se evitaria a demora na solução dos processos, fato que, felizmente, ainda não ocorre, mas que exige redobrado trabalho dos ilustres Juizes de Direito da Comarca de Cornélio Procopio.”

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o plenário, REQUER, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Otávio Cesário Pereira Júnior, Digníssimo Secretário de Justiça, solicitando o seu empenho para que sejam criadas as Comarcas de Leopólis e Sertaneja.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) ROSÁRIO PITELLI”

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Usamos, hoje, a tribuna, para fazer a justificativa de um pedido de informações, sobre a estrutura do Tribunal de Contas do Estado, e seu funcionamento. (Lê):

“A opinião pública cobra do Poder Legislativo uma atitude a respeito do quadro funcional do Tribunal de Contas do Estado. Mas, não se trata de tomar uma atitude, sem antes saber melhor como está organizado e funcionando aquele órgão de assessoria técnica que nos últimos anos se veio transformando no quarto Poder.

Não importa se algumas vozes procuram relativizar a situação do Tribunal de Contas, apontando deficiências no Executivo, no Judiciário e no Legislativo; até mesmo no Governo Federal.

Legítimo é saber; legal é informar.

Não consideramos que as crescentes distorções institucionais brasileiras sejam fundamento para o relaxamento dos costumes e a entrega de prerrogativas constitucionais. Porque rigorosamente incorre em erro e até crime quem deixe de exercer mandamento que lhe é conferido pela Carta Maior.

O legislador não pode compactuar com a amoralidade que recomenda a não fiscalização como forma de não ser fisca-

lizado, a não exigência constitucional e legal como forma de não ser exigido.

Não se trata, aqui, de julgar. Não há julgamento prévio exceto nos regimes de exceção e por parte dos excepcionais. Se, às vezes, a interpelação, a veemência e a retomada de direitos soam como condenação prévia é porque o uso da exceção fez dela a regra, e se criaram situações delicadas, em áreas susceptíveis, que não admitem a fiscalização como não admitem, de princípio, a indagação.

Não acreditamos que exista alguma coisa a esconder. Talvez apenas o receio de que algumas práticas frouxas em termos de administração criaram a idéia de que tudo está pela exceção, pelo abuso, pelo ilegal. Mas esse é o ônus que todos estamos pagando pelos anos de arbítrio que temos vivido.

Em princípio, não há idéia preconcebida e sim a afirmação de um direito do Poder Legislativo e um dever do Tribunal de Contas. O restante seria o interpretativo de polemizar o impolemizável."

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado o seguinte Pedido de Informações:

1 — Número de funcionários, do Tribunal de Contas e o número de adidos e contratados que lhe prestam serviço;

2 — Se existe um quadro especial, à parte da estrutura regular; e, em caso afirmativo, qual o quadro, seus cargos e a forma de provimento;

3 — Quais são os cargos técnicos, de habilitação especial e/ou universitária existente no TC; e como estão providos esses cargos em termos de remuneração, incluindo-se gratificações e adicionais a qualquer título;

4 — Quantos são esses cargos técnicos, discriminados por habilitação, e como tem sido o provimento deles nos últimos 15 anos?

5 — Qual o montante das despesas de pagamento dos funcionários ativos e inativos do Tribunal de Contas?

6 — Discriminar as empresas que prestam serviço ao TC; e se positivo qual a natureza desse serviço, e valor anual ou mensal de seus contratos;

7 — Fornecer a relação dos Conselheiros, procuradores e auditores, e se têm parentes até segundo grau trabalhando para o Tribunal de Contas a qualquer título.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) ROMERO FILHO"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valduga, inscrito.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminho à Mesa, um requerimento para ser submetido ao Sr. Governador, depois da manifestação deste Plenário, para que Sua Excelência, o Sr. Governador envie a esta Casa uma mensagem no sentido de que sejam contados os anos prestados, em serviço, à Justiça Eleitoral, pelos juízes comuns, para efeito de aposentadoria.

E aqui trago uma justificativa do requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, no sentido de encaminhar a este Poder sobre a fundamentação da minuta ora apresentada disposto aos Magistrados, para efeito de aposentadoria, seja computado, até o máximo de 5 (cinco) anos o tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral do Estado do Paraná, excluindo o período obrigatório de dois (02) anos de interstício.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja endereçado ao Chefe do Poder Executivo paranaense, os documentos anexos, no sentido de encaminhar mensagem a este Poder, propondo o Projeto de Lei dispondo sobre o direito dos Magistrados contarem, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço, em até o máximo de cinco (05) anos, prestado à Justiça Eleitoral do Paraná, excluindo o período obrigatório de dois (02) anos de interstício.

A referida matéria já foi objeto de deliberação nesta Casa, em 16 de dezembro de 1975 e não merecendo acolhida do Poder Executivo, em face da inconstitucionalidade da iniciativa. Embora, quanto ao mérito, não tenha havido qualquer objeção.

As razões das justificativas, juntamos ao presente, para efeito da necessária fundamentação da mensagem que o Poder Executivo certamente enviará à essa Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

O Estado, na impossibilidade de criar quadros novos, onerosos e difícil seleção, resolveu entregar a função eleitoral às Justiças Estaduais, em todo território do Estado do Paraná.

Os Juízes, assoberbados com os trabalhos ordinários, acumulam os encargos extraordinários eleitorais, mediante cota de sacrifícios assumida pelos Magistrados em favor do interesse supremo da coletividade.

Lembramos que, face ao advento da Lei Orgânica da Magistratura Nacional — Lei Complementar n.º 035, de 14-03-1979 — perderam os Magistrados, entre outros benefícios, em troca de uma somatória de novos encargos e obrigações, o direito ao gozo da denominada "licença-prêmio" ou a sua contagem em dobro, para todos os efeitos legais, na eventualidade do Magistado não gozá-la, por conveniência própria ou, ainda, por necessidade de serviços.

Este benefício que ao longo de uma carreira de trinta (30) anos de serviços, representava ao Magistado o direito à contagem de três (03) decênios, totalizando, assim, na eventualidade de não ter gozado as "licenças-prêmio" a contagem, à título de acervo desses mencionados três (03) anos, deixou de vigorar com a citada "LOMAN".

Entretanto, esta regalia permanece em favor de todos os funcionários públicos, Federais, Estaduais e Municipais do País, excetuando apenas e tão somente aos Magistrados brasileiros.

Merece realce, à guisa de registro, que os ilustres Membros do Ministério Público continuam a gozar de semelhante benefício e com a mais justa e perfeita equidade.

Os Estatutos dos Funcionários Públicos do Paraná em seu artigo 247, Parágrafo Único, combinado com o artigo 248 disciplina a forma de concessão da "licença-prêmio" que era estendida aos Magistrados, antes da vigência da "LOMAN".

Contudo, coube às Justiças Estaduais o gravame da acumulação de função. E todos aqueles que foram e são onerados com esse encargo sabem do sacrifício que representa esse desempenho cumulativo, recebendo, como contraprestação, irrisória gratificação que nada representa nos seus orçamentos.

Ninguém, honestamente, pode duvidar da sua superioridade sobre o modelo antigo, que entregava a verificação dos resultados ao próprio Poder Legislativo. Assim, o tribunal de verificação dos mandatos era constituído pelos interessados no pleito e, ao invés de apurar, muitas vezes e tranquilamente, se "depurava".

E é importante também citar aqui, Senhores Deputados, que nas Comarcas que dispõem de vários juízes, mais de um juiz, sempre um deles, por razões funcionais, é aquinhado com esse acúmulo de serviço, enquanto que outro Juiz, permanece ausente dessas funções de atendimento às questões pertinentes

à lei eleitoral. Assim que, sempre um deles é sacrificado, sem que haja a devida compensação, e nesse período que se sucederam nesses anos de eleições bienais, vejamos os senhores, o quanto de serviços prestaram esses juizes ao Estado e à Nação, trabalhando quase que graciosamente à Justiça Eleitoral.

(Continua lendo): “Acabou-se com o regime das atas falsas e caminha-se para o aperfeiçoamento do sistema, cumprindo-se manter o prestígio da Justiça Eleitoral, acatado as suas decisões e instrumentando-a para que cumpra a sua nobre missão.

Recai, portanto, sobre os Magistrados, através de sua cota extraordinária de serviços, o dever de dimensionar a Justiça Eleitoral dentro dos padrões do fórum nacional. Cientes desse esforço quotidiano, alguns governos estaduais interessados em cercar os seus juizes de compensação justa pelos seus serviços, sempre voltados para os superiores interesses da Pátria, resolveram contemplá-los com um benefício legal, fazendo contar, cumulativamente, com o tempo de serviço, até o máximo cinco (5) anos, o período de serviço prestado à Justiça Eleitoral.

Nesse sentido, a Lei n.º 768/65 do Estado do Mato Grosso, a Lei n.º 2.280/73 do Estado da Guanabara — atual Estado do Rio de Janeiro — e a Lei Complementar n.º 200, de 17 de janeiro de 1979, do Estado de São Paulo, e outros Estados da Federação, assentaram em diploma legal a esperança dos juizes desses Estados em realidade, limitando a contagem de cinco (5) anos, o tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral, com efeito legal à aposentadoria fixada em lei.

A aprovação desse serviço através de lei virá incentivar o aprimoramento da Justiça Eleitoral, uma vez que os Magistrados obterão melhor condições judicantes.

A Lei entrando em vigor colocará o Estado do Paraná em igualdade de condições com os demais Estados da Federação, que adotaram esse enquadramento de reivindicação e de benefício.”

Só uma ressalva. Essa matéria já foi ventilada em 1975 e mereceu um veto do então Governador Jayme Canet, por questão inconstitucional de iniciativa. Cabe dizer que é de competência exclusiva do Poder Executivo, encaminhar a esta Casa, de forma que eu agora faço pelas vias que reconheceu as razões daquele próprio veto.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz. Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Estamos na escalada do caos. O País, não tem mais governante, os Poderes não mais existem. Não, porque o general convocado a depor numa CPI, deixou de fazê-lo, e em seu lugar foi um coronel, talvez por questões de hierarquia. Só que o coronel, é o Ministro das Minas e Energia, e o general é seu subordinado, Chefe do Departamento de Segurança e Informações; os famigerados DSIS, existem em todas as repartições públicas deste País. O general não pôde comparecer; em seu lugar, assim como se ofereciam carneiros em holocausto, vai o coronel Cesar Calls.

Esse coronel, também teve muita coragem, conseguiu num documento só, atribuir a russos, americanos e judeus os problemas da energia nuclear brasileira, seriam estas três nacionalidades que estariam a impedir o progresso da energia atômica no Brasil.

Esta é a situação dos poderes neste País, onde a hierarquia mesmo que valha é a militar e não a funcional. Mas, não haveria razão de esperarmos outra coisa num País onde as leis, ora as leis... Agora, aquele cidadão que começou todo entusiasmado o Partido Popular e que depois, com o aceno, um mero aceno de um Ministério, resolveu abandonar os seus companheiros e estruturar o seu PDS em Minas Gerais, o Armando

Falcão da década de 80, o Sr. Abi-Ackel, levou para Brasília não menos que dezoito Presidentes de Câmaras Municipais inclusive o de Curitiba, para junto a eles exigir, que estes passem a pressionar o Legislativo, o Poder do Congresso para que se aprove a prorrogação dos mandatos. Vou ler o que diz o Correio Brasiliense de hoje:

“A recomendação de que seja feita pressão junto aos Deputados e Senadores em suas bases eleitorais” e, eu presumo que os Sr. Gulin amanhã estará, pela primeira vez provavelmente, junto a um movimento popular, para pressionar as bases dos Deputados Federais do Paraná, para pressionar os Senadores e Deputados em suas bases eleitorais nos municípios, para que votem a emenda que prorroga o mandato de Prefeitos e Vereadores por dois anos. E, em troca, anunciou que as próximas eleições nas Capitais e nos municípios da área de Segurança serão diretas.

Se barganha neste País, como se barganhou há poucos dias cavalos na Argentina. Este é um País que está indo para o caos. Mas, veja bem Sr. Presidente, que moral está este Legislativo. Durante a conversa houve uma briga entre dois Deputados do PDS, o famigerado Anísio Souza, o mais medíocre deles que assinou embaixo a emenda de prorrogação e, o célebre pelego municipalista deste País, Sr. Henrique de Brito, que há quinze anos, domina a Associação dos Municípios do Brasil (AMB), que suga todos os municípios grandes ou pequenos deste País, uma mordomia tremenda.

Agora, o Sr. Henrique de Brito, está querendo conseguir para si as honras da prorrogação. E, houve uma briga mas, logo veio um outro biônico, o ilustre Sr. Moacyr Dalla, do PDS do Espírito Santo, Senador, e tapou os panos quentes.

Mas, veja a que chegaram alguns Vereadores que foram atrás do Armando Falcão da década de 80. Diz o Correio Brasiliense: “Os Vereadores criticaram também a proposta das oposições, de adiar para 18 de janeiro as eleições municipais, observando que teriam que fazer campanha eleitoral em pleno Natal, única época que temos para permanecermos com nossa família”.

Srs. Deputados, isto é digno e eu lastimo não existir mais neste País um Stanislaw Ponte Preta, porque ele teria que escrever um livro por dia sobre as asneiras que estão se dizendo neste País. Mas graças a Deus e a esta Assembléia, uma luz ainda aparece no fundo do túnel. Porque amanhã, Srs. Deputados, em Curitiba, pioneiramente em Curitiba, Deputados, Movimentos Sociais, Movimentos Populares irão fazer uma caminhada. E eu disse Deputados e não Deputados do PMDB, porque aqui nesta Capital, Deputados e políticos dos partidos aqui existentes, inclusive o partido do Governo estarão unidos numa caminhada pelas eleições de 80.

Srs. Deputados, pelo menos de vez em quando a gente pode se orgulhar de ser paranaense, quando se vem de Brasília como vim hoje e vi que o caos é próximo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao nobre Deputado Fidecino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Há cerca de dois meses a minha região e sobretudo a área ligada com a construção civil, vem nos instando para uma análise profunda, percuente a respeito da problemática do fornecimento de cimento e o transporte desse produto, sobretudo, para a região Oeste do Paraná, e também com relação aos efeitos que essas fábricas, por ação estão comprometendo a estabilidade sócio-econômica sobretudo das regiões que dependem desse tipo de mão-de-obra.

É que as indústrias cimenteiras, Sr. Presidente, são praticamente controladas pelos grupos multinacionais, ou que tem vinculação com o grande capitalismo internacional, e provavel-

mente jogam com o mercado externo para a obtenção de melhores preços a nível interno. E sabe-se que 30% da produção de cimento nacional é destinado ao Governo para as grandes obras, entre as quais Itaipu que está deixando uma frustração em muitas gerações, pelos efeitos que está causando à economia, aos agricultores, à produção paranaense e sobretudo, para a dívida externa do País.

Essas fábricas de cimento, Sr. Presidente, como se recorda, há cerca de um ano pressionaram os seus mecanismos de interesses para exportar o produto que fabricavam no Brasil, sob a alegação de que havia excedentes de produção no mercado interno.

E como a política do Governo previa, para auferir divisas para o País, uma quantidade de exportação capaz de nivelar o nosso balanço de pagamentos, então incentivou-se a exportação.

Feito isso, as companhias começaram a exportar o cimento, sobretudo para o Paraguai e começou a faltar o produto a nível interno; e como o preço externo também imposto por estas companhias começou a ser maior do que o preço interno começou a faltar o produto a nível interno e o preço evidentemente começou a subir, porque começou a faltar esse produto. E se analisarmos o mercado internacional, vamos verificar que este é um jogo de interesse ligado ao alto capitalismo.

Agora há falta do produto no mercado interno, exatamente porque o pseudo-excedente de produção interna está comprometido com a exportação, com contratos, inclusive já firmados. É isto no meu entender, Sr. Presidente. E havendo falta deste produto as indústrias começam a impor um preço que desejam ao Governo, ultrapassando inclusive o C.I.P. que é um instrumento de controle de preços do Governo.

Além desta manobra, há ainda uma outra de efeito também causado pelas distribuidoras de produto, que inventaram uma companhia de transporte através da qual agenciam o transporte do produto para as firmas que distribuem o produto no interior.

E se não passar por esta companhia, ou eles transportam ou passam por esta taxa de agenciamento, que custa Cr\$ 11,00 por saco de cimento, onerando o produto já na saída.

Aqui, Sr. Presidente, na Rua João Negrão, aboletam-se os caminhões do interior para brigar na busca do transporte, inclusive uma carreta chega a custar, para transportar o produto até Cascavel, mais de Cr\$ 6.000,00, onerando e assoberbando assim, a construção civil.

Ora, se o Governo dispõe de todos os mecanismos, de todas as leis de exceção na mão, inclusive para cassar Deputados que falam algumas verdades e que são submetidos à Lei de Segurança Nacional, por que estas imposturas na economia popular? Também na estabilidade econômica do Brasil, por que o Governo não usa dos instrumentos de defesa nacional para coibir estes abusos, Sr. Presidente?

Esta é a cobrança que estamos fazendo, a nível nacional, sobretudo a nível de Sul do País, onde os reflexos desta política estão sendo adotados, com grandes prejuízos para a sociedade paranaense e do Sul do Brasil.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

— Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Tendo declina-

do, concedo a palavra ao nobre Deputado Del Ciel.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Trajano Bastos.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna, no dia de hoje, para dar continuidade a um debate que ainda ontem tivemos aqui, nesta Casa, de maior importância para o desenvolvimento desta Nação e de nosso Estado.

Falava-se ontem sobre as barbaridades que ocorrem a nível de contratação ou de construção de usinas nucleares. Tema abordado pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi e que, posteriormente, foi rebatido pelo Líder do PDS, Sr. Deputado Erondy Silvério.

Como não pude em aparte, por ter-se esgotado o tempo, contribuir neste debate, volto a enfocar dentro desse debate, o assunto ontem levantado, que é o assunto sobre o desenvolvimento do País.

Notava-se claramente na exposição que fazia o Deputado Erondy Silvério, Líder do PDS, que a questão da energia, a descoberta de novas fontes de energia, no caso energia nuclear, estava diretamente vinculada ao problema de desenvolvimento do Brasil.

Invocava ele, inclusive, que deveria se tratar do assunto com mais racionalidade e menos emoção. E gostaria de trazer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um raciocínio, raciocínio da Oposição, principalmente da Bancada do PMDB do Estado do Paraná, que fez um documento que considero dos mais racionais e mais científicos, quando trata do assunto, no seu modelo de desenvolvimento auto-centrado.

Mas, antes, gostaria de tecer algumas considerações sobre o que ontem ainda se ouvia nas palavras do Deputado Erondy Silvério.

Dizia que o Brasil não foi aquinhado pela natureza em ser um País que possui grandes jazidas de petróleo e de carvão, responsáveis pelo desenvolvimento de outras Nações, como no caso do Irã.

Não sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o Irã realmente pode ser considerado um País desenvolvido.

Dizia, ainda, que, com o advento da era industrial, o carvão desempenhou papel fundamental no desenvolvimento de outros Países, não explicito, no entanto explicitamente estaria se considerando os Estados Unidos; dizia que novas fontes de energia, como, por exemplo, a nuclear, seriam vitais para o desenvolvimento do País.

EU PERGUNTO: se fossem vitais para o desenvolvimento do Brasil, estariam os países desenvolvidos, os países europeus, os países da trilateral não interessados em que obtivéssemos esse tipo de fonte de energia?

Necessitamos de energia nuclear, em suma, para o desenvolvimento — era o que se dizia ontem, e a tese que se levantava. E perguntava pelos subsídios da Oposição, e ligava o subdesenvolvimento diretamente ao problema da explosão demográfica, dizendo que o controle da natalidade seria uma forma de desenvolvimento.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nunca ouvi tanta aberração em termos de análise econômico-social. Acho que esse tipo de racionalidade está completamente superado, pelo menos no campo dos cientistas que estudam esse assunto.

E é por isso que trago hoje, aqui, o pensamento realmente racional. Não pensamentos subservientes que estão para defender um regime que está ultrapassado em todos os aspectos de desenvolvimento econômico.

E gostaria de trazer aos Senhores a análise que faz um grande cientista-economista e sociólogo, André Gunder Frank. Ele aponta como sendo equívocos os mitos de desenvolvimento daqueles que querem comparar o subdesenvolvimento de um País, o atraso econômico de um País, como sendo apenas um estágio pelo qual passaram outras nações.

Segundo ele, basicamente a decorrência desse equívoco é que é impossível formular uma política de desenvolvimento adequado para os países subdesenvolvidos se nos mantivermos no erro de querer basear nossos conceitos e nossas políticas de desenvolvimento exclusivamente na experiência das nações capitalistas avançadas da Europa ou da América do Norte, pois nós, latino-americanos, Países do Terceiro Mundo, temos a nossa experiência de desenvolvimento econômico, ou melhor dito, a nossa experiência de subdesenvolvimento, que difere fundamentalmente de experiência de desenvolvimento de outros países.

Basta uma pequena familiaridade com a história, para sabermos que o subdesenvolvimento não é originado, nem tradicional, e que nem o passado, nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem em qualquer aspecto importante com o passado dos países hoje desenvolvidos.

É um mero mito acreditar que a falta de petróleo no Brasil, que a falta de carvão no Brasil sejam culpados do subdesenvolvimento.

Isso não quer significar que deveremos analisá-lo isoladamente, somente neste aspecto de energia, pois, apenas explica as diferentes condições em que se deu o processo de desenvolvimento que se situou uns na posição de desenvolvidos e outros na condição inexorável de subdesenvolvidos.

O que não podemos fazer, sob pena de equívoco fundamental, é considerar apenas as histórias dos países desenvolvidos, e retirar deles os exemplos históricos para sustentar políticas de subdesenvolvimentos, a exemplo da Aliança para o Progresso, completamente fracassado aqui na América do Sul.

Não podemos alimentar o mito de que são os capitais estrangeiros, os geradores do desenvolvimento; ainda que eles venham a querer gerar energia nuclear aqui neste País. Como haveremos de demonstrar, em termos de nos atermos na análise histórica que haveremos de fazer do subdesenvolvimento, logo a seguir.

A expansão da economia mundial, a partir do começo do século XVI, converteu sucessivamente e o Nordeste, o interior de Minas Gerais, o Norte e por último o Centro-Sul, em economia de exportação e incorporou-se à estrutura e desenvolvimento econômico, durante o período de sua respectiva idade do ouro, e posteriormente essas regiões passaram a ser miseravelmente subdesenvolvidas, neste País.

Tratava-se porém de um desenvolvimento satelizado que não era nem auto-gerador, nem auto-sustentável. E logo que o mercado e a produtividade das primeiras regiões declinou, os interesses econômicos das regiões tanto interno, quanto externos de desfez; elas foram relegadas então à desenvolver e curtir o seu subdesenvolvimento.

No terceiro equívoco no raciocínio daqueles que querem copiar modelos desenvolvimentistas dos países que hoje nos oprimem e querem atrelar o problema de desenvolvimento, unicamente uma falta de energia ou a falta de maior sorte, para com os desígnios da natureza. O terceiro equívoco é de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e dentro deles suas áreas domésticas mais subdesenvolvidas, deverá ser e será gerada pela difusão nesses países, nessas áreas de capitais e instituições de valores de metrópoles capitalistas interna-

cionais.

O erro se encontra no ponto de vista de que apenas uma parte da economia da sociedade teria sido afetada de modo importante, por relações econômicas íntimas, como o mundo capitalista e relativamente desenvolvido justamente por causa deste contato. A outra parte é vista como isolada, baseada numa economia de subsistência feudal, ou pré-capitalista de várias fórmulas e por isso mais subdesenvolvidas. Muito pelo contrário, do ponto de vista levantado, o desenvolvimento esporádico experimentado por algumas regiões, ou nações subdesenvolvidas, se deram exatamente em períodos onde o estreito relacionamento com os países desenvolvidos, estavam enfraquecidos ou mesmo até rompidos.

Só para concluir a tese do segundo equívoco da racionalidade de teoria de desenvolvimento, baseado em energia, que foi levantado ontem.

Como dizia então, quando se experimentava um certo isolamento, um corte de relações com os países desenvolvidos, é que regiões de países subdesenvolvidos, encontraram uma certa época de progresso.

A História nos traz o exemplo de cinco grandes períodos em que se enfraqueceram as relações com os países metrópoles, a saber:— 1.º a depressão européia do Século XVII; 2.º a Guerra Napoleônica; 3.º a Primeira Guerra Mundial; 4.º a Depressão dos Anos 30; e 5.º a Segunda Guerra Mundial.

Já é uma tese claramente estabelecida e geralmente aceita que o Desenvolvimento industrial recente, mais importante, principalmente na Argentina, Brasil e México, ocorreram precisamente durante os períodos das duas Guerras Mundiais e da depressão que sobreveio no intervalo dela.

A pesquisa histórica, portanto, confirma que o mesmo aconteceu na América Latina em geral, durante a depressão européia do século XVII. É nessa época que as manufaturas dos países subdesenvolvidos, principalmente latino-americanos, cresceram e chegaram ao ponto inclusive de atingir o mercado de exportação, como é o caso do Chile.

As guerras napoleônicas, da mesma forma deram origem a movimentos de maior independência na América Latina. Mas não só os períodos de crise do capitalismo monopolista, vêm confirmar nossa hipótese. Também podemos observar na história de que o isolamento geográfico, experimentado em algumas regiões da América Latina, por algum tempo igualmente gerou certo grau de desenvolvimento por não estar estreitamente integrado no sistema mercantilista e posteriormente industrial e capitalista. Os casos mais importantes foram: Tucumán, em Assunção; bem como outras cidades, como Mendoza e Rosário, na Argentina, e interior do Paraguai, durante o fim do século XVIII São Paulo do Século XVII e XVIII. Antioquia na Colômbia; e Puebla e Guanajuato, no México. A seu próprio modo o Chile, antes de ser aberto a rota marítima pelo cabo O'Higgins; este País vivia relativamente isolado e por isso conseguiu por muito tempo manter um auto desenvolvimento. Portanto, acredito que não é atrelado à falta de novas formas de energia que nós estamos escravizados ao subdesenvolvimento, mas exatamente por importarmos esta tecnologia forânea e não valorizarmos o que temos aqui neste País, é que nós sucumbimos e haveremos de eternamente ficar gerando subdesenvolvimento e miséria neste País.

Portanto, está completamente equivocado o Líder do PDS, quando afirma de que o desenvolvimento em nosso País, depende de novas descobertas de fontes de energia, como a nuclear. Se a energia nuclear realmente fosse tão boa, duvido muito que a trilha lateral, iria permitir que neste País se desenvolvesse ou chegassemos à técnica.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, estamos ouvindo Vossa Excelência que se dignou em nos conceder este aparte, não que queiramos fazer a

defesa ou a apologia do nosso Líder, homem coerente, e que embora ausente, temos a satisfação de tê-lo como Líder. O que o Deputado Erondy Silvério disse ontem, foi que a falta de argumento no momento, a falta de prospecção a falta de viabilidade para outras energias, não sei se Vossa Excelência tem algo de novo, a não ser a energia hidráulica, ou a atômica ou a solar, talvez.

É isso que o Deputado Erondy Silvério, nosso Líder, que temos a honra de sermos liderado pelo mesmo, disse ontem desta tribuna.

E queria dizer a Vossa Excelência, Deputado, que hoje nos orienta e brilha como uma estrela de primeira grandeza na oposição ao dizer que o Brasil, essa terra imensa de Santa Cruz, que foi tachada uma das terceiras potências do mundo atual, do mundo desenvolvido e estamos procurando, como Vossas Excelências uma trajetória necessária.

Vossa Excelência, ao criticar nosso Líder peca só por uma coisa: que ele dissera, ontem, da tribuna, alternativas para o desenvolvimento desta Nação grandiosa, que é o Brasil, que talvez esmague os homens que fazem discursos paralelos, os homens grosseiros como nós, mas, que têm uma finalidade: o engrandecimento de seus filhos.

E, ou estudamos uma alternativa, ou estamos fadados à derrota, estamos fadados à negligência.

É uma utopia dizermos não às alternativas necessárias. Obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo entrarei, Deputado Gabriel Manoel, na nossa proposta racional de alternativa que é por um desenvolvimento auto-centrado.

Concederei, agora, aparte ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Eminentíssimo Deputado, esse assunto tem que ser ouvido e trazido mais vezes a esta Casa. Aí, passa-se a observar que o ex-Presidente Geisel, hoje, está incrustado no painel dos entreguistas desta Nação, aliás, em lugar bem destacado.

Porque, o problema de Iperóibe não afeta apenas a população paulista, mas também ao Paraná. E a América - disse bem o nobre Deputado, continua curvando à trilateral, aos monopólios internacionais. Porque, a trilateral quer manter, a todo custo, essa desunião do Terceiro Mundo, quer manter a fome, a ignorância, a subnutrição.

Um País como o nosso, que não possui nenhuma estrutura social, cujo orçamento da Educação é 4,8 do Orçamento, com prioridades latentes a exigir soluções imediatas.

Pobre América Latina, Deputado, dominada, subjugada, à mercê dos grandes interesses transnacionais.

E, o pior é que nossas Forças Armadas se aquietam, se omitem, num silêncio até comprometedor.

E faria, pela primeira vez, nesta Casa, um apelo à ala nacionalista das Forças Armadas, ao nosso Exército, instituição que deveria cuidar dos nossos interesses, dos interesses do povo, guardar nossas fronteiras contra o avanço desses grupos estrangeiros que, hoje, dominam nossa política, nossa economia, mantêm nosso povo sob regime de escravatura.

Fazamos um apelo à essa ala nacionalista das Forças Armadas para que defendam este Brasil, contra os monopólios estrangeiros.

Se o Governo quer usina nuclear, que o Sr. Figueiredo construa uma mini-usina na Granja do Torto, para ele e sua família; que o Sr. General Geisel construa uma usinazinha lá na mansão dele, em Petrópolis, mas deixem a população brasileira em paz e livre dessas pestes, dessas desgraças de usinas nucleares.

Que vão fazer em suas casas, mas deixem o povo do Paraná, de Minas, do Rio, de São Paulo, em paz.

Obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência. E digo mais: hoje não se faz mais restrições ao mercado, quanto a empréstimos conseguidos junto às metrópoles, desde que as compras sejam feitas na América Latina.

Uma vez que as multinacionais elegeram o Brasil como parque industrial, por uma série de razões, tanto faz que comprem das metrópoles ou das sub-metrópoles.

Os lucros serão sempre deles.

Por isso, talvez, eles estejam até interessados a desenvolver, aqui novas forças de energia nuclear, que para eles são prejudiciais, para moverem as indústrias das multinacionais.

Concedo o aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência traz à discussão o problema das alternativas de energia que tanto se fala.

E a partir dessa argumentação, é que os defensores da energia nuclear se estribam para defender a tese de que o Brasil necessita da energia nuclear.

Nobre Deputado, Vossa Excelência citou muito bem de que cada Nação tem que encontrar o seu próprio caminho de desenvolvimento, que os exemplos, muito remotamente podem ser seguidos de uma para outra.

Quanto à energia, no contexto do desenvolvimento, no contexto do crescimento humano, do crescimento cultural de um povo, é muito relativo, evidentemente.

Houve uma fase da humanidade em que a energia animal, a tração animal era indispensável para um povo se desenvolver, porque a energia, a tração animal servia como meio de comunicação, como meio de transporte, até como subsistência do homem para arar a terra.

Ocorre que hoje, a energia nuclear, a exploração dela, ainda é restrita ao campo da energia elétrica, da iluminação.

O que a energia elétrica pode servir à humanidade, é o uso da energia nuclear, para fins pacíficos, evidentemente, porque ela foi descoberta, não com essas finalidades.

Isso veio por acessório.

Ela foi descoberta com a finalidade beligerante e as grandes pesquisas que se fizeram, todas foram com o sentido de destruição do homem.

Então, foi uma energia que veio ao homem, não para realmente o homem crescer, o homem subir, melhorar a sua vida, mas com o sentido de destruição.

Esta é a primeira característica, do que se chama hoje - energia nuclear - que apareceu com a bomba atômica e esta marca, este estigma, esta característica jamais a humanidade vai esquecer.

Agora, quando no Brasil se fala que é necessário criar-se novos tipos de energia, devemos ver se os tipos de energia que temos, estão sendo devidamente explorados, porque antes de se tentar descobrir outro, é necessário que se explore e que se use o que temos.

Temos energia hidráulica em abundância: apenas 1/3 foi explorada, mas há uma outra energia, a principal, a primeira, a fundamental para a vida humana, que é a inteligência humana, e esta, lamentavelmente no Brasil não vem sendo explorada, porque para se utilizar a energia humana, ativar a inteligência do homem, que é a energia que vai gerar e vai descobrir outros tipos de energia, esta, lamentavelmente no Brasil, na escala de prioridades está em nota zero, porque, nobre Deputado, se o Governo investisse em educação aí então estaria despertando a principal energia que um povo deve ter, que é aprimorar, que é cultivar a sua própria inteligência.

Um povo culto, um povo inteligente, um povo estudado, um povo educado, vai gerar a sua própria tecnologia, não fica à mercê das imposições e até, vamos dizer assim e como muito bem disse o Deputado Nelson Friedrich ontem - da canalhice internacional, que picha uma determinada invençãozinha,

de alta tecnologia, e passa a vender aos outros países.

Então, antes de o Brasil se preocupar com outros tipos de energia, vamos nos preocupar com a energia maior, com a energia da pessoa humana.

Vamos dar educação para o brasileiro, vamos alimentar melhor o povo brasileiro, que ele, de "per si", será um processo natural e até espontâneo.

Ele vai descobrir outras energias que partem da natureza, que partem do comportamento humano, que enfim, partem desse território que temos e não vamos ficar na dependência de outras potências estrangeiras.

Bem disse Vossa Excelência. Cada povo tem que encontrar o seu destino e para o Brasil encontrar o seu próprio destino, uma energia é indispensável para isso: é a humana, é a inteligência, é a educação.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Vossa Excelência vem enriquecer bastante a nossa posição, quando a nossa tese se levantava justamente em torno de que não é nenhuma energia nuclear, não é por falta de petróleo, não é por falta de carvão, que este País ficou relegado ao subdesenvolvimento e não será com o controle de natalidade que se vai conseguir o desenvolvimento desse País.

Os enfoques tidos antes como racionais, são completamente ultrapassados na racionalidade dos cientistas que examinam a matéria.

Por isso, gostaria, inclusive, acrescentando algo mais, Vossa Excelência disse que a energia animal era muito utilizada há um tempo atrás, e no Brasil, depois que adotamos o esquema de desenvolvimento do mundo capitalista internacional e adotamos o trator.

O que aconteceu com o Homem?

Foi expulso, deixou de usar o seu aradinho puxado por cavalo para ficarem onze milhões de colonos, de trabalhadores jogados ao léu, mendigando emprego na condição quase de "bóia-fria".

Por isso, a sugestão racional hoje, e com isso quero finalizar, Sr. Presidente, é, que com todas as características vistas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento deste País, faz falta de que nesse processo de produção e exportação, nesse processo de desenvolver a produção através de novas fontes de energias, há vários problemas que precisam ser resolvidos antes; um, é o fator da educação, porque não interessa ensinar o homem a construir uma bomba atômica, o mais importante, é ensiná-lo de que essa bomba atômica não deve ser usada para a destruição dos demais homens.

Interessa à Nação, os sistemas de produção que ampliam ao máximo as suas capacidades próprias, autóctonas, segundo os interesses e aspirações do povo brasileiro.

E aqui, infelizmente, o tempo não nos alcança para desenvolvermos agora, o desenvolvimento auto-centrado.

Em outra oportunidade voltaremos a dar a nossa posição quanto o que seria o desenvolvimento centrado nos nossos interesses, na nossa capacidade humana, como proposição da alternativa da Oposição.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado ao PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"O Brasil atravessa dias difíceis. O Paraná também os vive.

O golpe militar-imperialista de 1964 provocou profundas mudanças na sociedade brasileira.

Já não é possível viver e pensar como antes de 1964.

Já não é possível aceitar o que se criou depois de 1964.

No período getuliano - que vai da ditadura de Vargas até sua morte - acalentamos o sonho de uma libertação, de uma independência nacional a partir de mecanismos de pressão política e de habilidade diplomática, para nos libertar da dominação norte-americana.

No plano concreto, as forças progressistas deste País, estimularam o Governo e conseguiram criar a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Álcalis, a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, a Empresa Brasileira de Energia Elétrica - ELETROBRÁS e tantas outras iniciativas estatais, diretamente, ou para fiscalizar e controlar algumas de nossas riquezas.

Bem verdade que o General Eurico Gaspar Dutra e o Presidente substituto João Café Filho foram agentes de outros interesses que procuravam quebrar essas iniciativas nacionalistas.

Com certo grau de desenvolvimento, e com base siderúrgica, metalúrgica e mecânica já em estágio positivo de desenvolvimento, com um mercado nacional caminhando para a integração, estava em jogo o desatar de um processo econômico que desentrasse o País.

No período juscelinista, no entanto, os grupos econômicos que já tinham amadurecido no País, à sombra da proteção estatal, acreditaram que o melhor caminho para nosso desenvolvimento era o seu desenvolvimento particular.

E então, estimularam financiamentos internacionais, nos quais se integrariam, na feliz sociedade de democratização e nacionalização de capitais.

Acreditaram que os financiamentos viriam em escala crescente, sem comprometer a direção das iniciativas, sem distorcer a economia nacional.

Não viam, não queriam ver, nem lhes interessava, o quanto era arriscado pensar em financiamentos internacionais para algumas atividades econômicas, quando logo depois da guerra, os grupos monopolistas internacionais e seus governos já firmava princípios de que a luta pelo mercado internacional estava exigindo investimentos e participação direta tanto em reservas de matérias-primas, como em seu beneficiamento e transformação, de forma a que os grandes grupos dividissem o mundo em suas áreas de influência e poder.

E ali onde as condições econômicas já fossem maduras, com mercado inicial para produtos industrializados, deveriam investir e tomar esse mercado, com mão-de-obra barata, matéria-prima barata e alternativas de exportação tanto de componentes como de produtos finais, como um trunfo decisivo na dominação dos mercados mundiais.

No plano concreto, muito além das intenções nacionalistas e integracionistas reveladas pelo juscelinismo, o desenvolvimentismo se dedicou a algumas tarefas que complementassem a infra-estrutura básica do Brasil: rodovias para a integração nacional, porém servindo ao rodoviarismo; construção naval para o transporte de matérias-primas e de produtos industriais; formação de sociedades de economia mista para servir o País, à Nação, mas principalmente "mistas" para que o serviço público não tolhesse sua ação privatizante; e a atração de grandes indústrias, principalmente do ramo automobilístico e naval, às vezes sob o aceno da composição de capitais mistos, nacionais e internacionais, mas na realidade sob a direção do mais forte.

O mais forte, sem a ação consciente e nacionalista do aparelho do Estado, passou a ser o capital internacional, mesmo que fosse minoritário em ações.

Os estrategistas de então não avaliaram devidamente que essa situação de desenvolvimento aberto à participação e direção internacional, se dava num momento em que a concentração urbana se acelerava, em que as necessidades e reivindicações

As massas urbanas foram beneficiadas com o crescimento do emprego e dos salários como jamais haviam experimentado, mas o sonho durou apenas quatro anos e, ao final do período de Governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, já sentiam a erosão salarial e a inflação refletida no custo de vida.

Dai a grande tensão política que marcou o período Jânio Quadros e João Goulart. O povo queria melhorar a sua situação e exigia reformas de base, de cunho nitidamente nacionalista.

Aí então, tivemos o desenvolver da grande conspiração dos grupos anti-nacionais e anti-populares, envolvendo inclusive as Forças Armadas. Toda uma tradição duramente conquistada pelo povo brasileiro, em todos os setores da vida nacional, e que tiveram o apoio de importantes setores lícitos das Forças Armadas, foi solapado pela intriga, pela mistificação ideológica e pelos capitais monopolistas internacionais. A doutrina das bases militares norte-americanas em seu território ou no Panamá, passou a aliciar os indivíduos ambiciosos e sem princípios, tanto na hierarquia burocrática civil como na militar, e se transplantou a doutrina de segurança dos Estados Unidos da América do Norte para a Escola Superior de Guerra dos Estados Unidos do Brasil.

E o País iniciou um processo de desnacionalização, não a partir de setores infiltrados, mas a partir de brasileiros que passaram a ver nos seus interesses a própria nacionalidade.

Um dos capítulos decisivos desta desnacionalização realizada à ponta de baionetas, de repressão contra indivíduos desarmados e pacíficos, de torturas contra resistentes a esse processo, desencadeou a revolta em vários níveis - do simples protesto impotente à resistência armada.

Esta é a síntese da história brasileira dos últimos anos. A história da resistência de um povo brioso e nacionalista, porém desarmado e pobre de líderes. História que nos fez legatários de uma situação insustentável, em que as forças monopolistas ainda conseguem impor disciplina e hierarquia ao povo fardado e sem uniforme, mas que já não conseguem enganar com suas doutrinas a esse povo esfaimado, dominado e explorado.

Ainda que as forças a serviço dos interesses internacionais manifestem coesão e demonstrem seu poder de chicotear a consciência nacional, a situação não é indefinida. E talvez até o que se prenuncia como novo golpe dentro do golpe, venha apenas acelerar o nosso processo político e social.

Porque, a verdade, está com a necessidade popular e nacional, e nenhuma doutrina, nem os contínuos arreganhos do poder, poderão impedir que as necessidades e aspirações de todo um povo se plasmem numa vontade política nacional a serviço real de todos os brasileiros.

Peço escusas por essa introdução que teve menos a idéia e explicar o que é conhecido por todos, do que de retomar alguns aspectos de nossa problemática atual. E nessa problemática, destacar algumas diferenças entre a ação concreta dos governos em iniciativas públicas e estatais, para-estatais e empresas em geral de economia mista, para servir aos interesses populares e nacionais. É preciso destacar que não é possível, hoje, servir à Nação sem servir em primeiro lugar o povo brasileiro; servir à comunidade sem servir diretamente, em primeiro, os grupos sociais dentro dessa comunidade.

Quero dizer que as sociedades públicas, para-estatais e de economia mista, tinham sentido a ação bem diferente, nos governos de Getúlio Vargas e de Juscelino, e nos governos ditos "revolucionários".

Naqueles, estavam a serviço, bem ou mal, da libertação brasileira e do progresso do povo brasileiro. Nestes, estão a serviço dos monopólios dos grupos econômicos que abastardam e infelicitam a Nação brasileira.

No Paraná, tivemos a experiência da entrega da TELEPAR para a TELEBRÁS. Manobras monopolistas à sombra do Estado e nós entregamos o patrimônio do povo do Paraná,

não ao povo brasileiro, e sim para os grupos monopolistas se cavarem de uma iniciativa pública sob o poder legal do Estado. Que a SIEMENS, a Standard Electric, que a NEC se regozigem, que as empreiteiras e vendedoras se encantem; que os grupos de tecnocratas e negociastas exaltem.

Todavia, não é possível desconhecer que a pressão do desemprego levou o serviço público a ser alvo de todos os interesses, tanto daqueles que não participam da população ativa, como daqueles que têm o mando político. Essas sociedades nasciam sob o signo do desentranço burocrático e com condições para arregimentar os técnicos e funcionários eficientes para chegar aos objetivos.

Não conseguiram, de modo geral, esses objetivos, pois criou-se uma nova burocracia fora do controle da opinião pública, e a maioria dos técnicos não são tão técnicos assim, permanecendo a divisão de influências dos comandos políticos sobre seu quadro funcional e seus serviços.

Feito esse reparo, retomemos a questão. A TELEPAR foi entregue ao monopolismo dentro do Estado, do aparelho do Estado, sem nenhuma resistência, porque se considerava que de fato estava alienada pela omissão dos que ocupavam o Governo Estadual.

Agora, nesse esforço monopolista, chegou a vez do SERCOMTEL - Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina. A TELEBRÁS investe para tomar seu acervo e serviços.

Mas hoje, no Brasil de hoje, o critério fundamental para a estrutura e a forma de funcionamento de um serviço público, é a do bom funcionamento.

O que está funcionando bem, não se mexe. O que está sob controle do povo, em termos relativos, não se entrega para controle de monopólios dentro do governo.

No passado, no período getuliano, as forças progressistas desejavam entregar esses serviços ao Governo Federal. É que então éramos uma federação, e tínhamos um governo nacionalista.

Hoje, somos uma União, com um governo centralista e anti-nacional.

O Governo brasileiro hoje, não só não é brasileiro como não é confiável. É um governo ilegítimo a serviço de interesses monopolistas. Passar para a TELEPAR é passar o SERCOMTEL para a TELEBRÁS; é entregar o serviço inteiramente a serviço dos monopólios; é, portanto, fazer um desserviço à população de Londrina. E é também, desservir a Nação brasileira.

Vejamos alguns aspectos do problema SERCOMTEL:

Foi fundado em 1965, auto-financiado pelos usuários, uma vez que a Prefeitura, na época, participou com apenas Cr\$ 10.000,00. Na configuração jurídica é uma empresa com "personalidade jurídica de Direito Privado. É, portanto, uma Autarquia. E, como tal, não pode ser desapropriada. A encampação só poderia ocorrer, após a transformação da instituição em Sociedade de Economia Mista ou Sociedade Anônima. Para que isso ocorra, é preciso aprovação da Câmara de Vereadores. Sem a aprovação do Legislativo Municipal, qualquer tentativa no sentido de encampação do SERCOMTEL, seria uma violação da própria Constituição.

O patrimônio é do usuário. Ele é quem auto-financia o terminal.

O SERCOMTEL é hoje uma empresa auto-rentável, que presta serviços de primeira categoria. É um patrimônio da população, que não aceita a encampação pela TELEPAR, pois isso ocorrendo, fatalmente, as tarifas subiriam de preço, a exemplo de outras cidades.

O interessante é que a TELEBRÁS só procura encampar os serviços rentáveis. E para conseguir seus objetivos, utiliza de vários artifícios.

A última ameaça da TELEBRÁS: não autoriza a ampliação da rede. Tenta, assim, forçar uma situação.

É preciso que o Prefeito Municipal, Sr. Antônio Casemiro

Belinati, venha a público esclarecer a situação de momento, evitando-se assim, as especulações e as notícias desencontradas, como esta, por exemplo: a Prefeitura JÁ TERIA negociado o SERCOMTEL, após reunião com o Ministro das Comunicações e com o Secretário-Geral do Órgão.

Comentam que o patrimônio foi avaliado em 600 milhões de cruzeiros, e que a Prefeitura ficaria com 30 por cento do total, isto é, 180 milhões de cruzeiros, sendo o restante revertido em ações para os usuários.

A população, que vê no SERCOMTEL um patrimônio público que presta serviços de primeiríssima qualidade no campo operacional e de atendimento, começa a questionar se seria válida a encampação pela TELEPAR. E de que forma seria feito o negócio. A forma de se encaminhar o negócio deve ser às claras.

Os usuários, os verdadeiros proprietários do SERCOMTEL começam a se mobilizar no sentido de impedir a encampação”.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo assunto que trata da tribuna, no horário da liderança do PMDB, onde Vossa Excelência mostra que o Paraná é um Estado “sui generis”. Tivemos Itaipu, o povo do Paraná não foi consultado do prejuízo que irá ter com o alagamento de quase cem mil alqueires de terras das mais férteis da Nação brasileira.

Vossa Excelência demonstra que o povo de Londrina também sequer foi consultado, se quer passar para as malhas da TELEPAR, e, conseqüentemente, para as malhas da TELEBRÁS.

O SR. FIORI LUIZ — Seria de se perguntar, nobre Deputado: E o Governo do Estado do Paraná?

O Governo do Paraná está paralisado. Curva a cabeça ante os desmandos do Governo Central, esta é a grande realidade. Numa época como esta, onde todas as classes lutam, o Governo não move uma palha. Parece que o Governo do Estado não está só paralisado; perplexo, não. Essa é a catatônica, nobre Deputado; sofre de catatonia política.

O Sr. Darcy Deitos — Há quem diga que este Governo faz tudo, para não fazer nada.

O SR. FIORI LUIZ — Vejam, por exemplo, a COPEL, ainda não foi encampada pela ELETROSUL, mas obedece determinações, numa posição subserviente. As coisas estão acontecendo a todo momento.

Mas, no Paraná, os nossos homens se encastelaram no Palácio Iguaçu; nada ouvem, nada dizem, nada fazem. Aliás, nada fazem, não. Até que fazem, sim, fazem política de manhã, à tarde e à noite.

O Governador Ney Braga, preocupado com a sua candidatura ao Senado, em 82; o Secretário da Saúde, preocupado com sua candidatura a Prefeito de Londrina; cuida mais da comissão provisória, do que de outros assuntos pertinentes à sua Pasta. O Sr. Jucundino Furtado, sonha com uma brecha em 82; o Secretário do PDS, só faz política, usando a máquina financeira do BANESTADO.

E assim caminha o Paraná, Deputado Darcy Deitos, tranqüilamente, para o caos definitivo e final, deste Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário.

Declina.

A Mesa consulta a Liderança do PDS.

O SR. GABRIEL MANOEL — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Escutamos o Deputado Fiori Luiz, extravazando orientação e saúde, que levam a nada. Orientação, saúde, quando fala que Ney Braga, preocupado com sua candidatura ao Senado faz uma injustiça, Ney Braga, sempre que foi candidato, teve o referendo dos paranaenses, dos conscientes paranaenses.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná, que nós, com muita honra, com muito orgulho, fomos trazidos pela quarta vez a esta Assembléia, para estarmos de par e passo, embora taxados como bajuladores do Governo Ney Braga, mas para defender a verdade.

Ney Braga não precisa de nosso pronunciamento; Ney Braga, o homem que dedicou uma parte de sua vida ao Paraná; eleito Deputado Federal, Prefeito de Curitiba, Senador da República e Governador do Estado, indicado como Ministro de diversas Pastas.

Hoje, temos a honra de tê-lo no timão do Poder Executivo Paranaense. E não seria o Deputado Fiori Luiz, que com o seu afoitismo, com sua sanha de destruir, ao invés de trazer subsídios ao homem que procura, de braços abertos, a Oposição, para fazer do Paraná um Paraná maior, para construir um Paraná para os paranistas legítimos.

Então nós, como humildes componentes da Bancada do PDS, não poderíamos nos calar, Sr. Presidente, porque atacaram o nosso Chefe, o homem que, embora tendo passado por todos os segmentos dos poderes administrativo e legislativo do Paraná e da República, é um homem que está mais pobre do que quando entrou na política.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, sei que Vossa Excelência ocupa a tribuna neste horário de Liderança, por um impulso havido, e na intenção de procurar rebater, principalmente, a parte final do pronunciamento do Deputado Fiori Luiz.

Acompanhávamos com atenção o pronunciamento feito pelo ilustre Deputado, e concordávamos até, com parte do seu pronunciamento, em que veio escrito — e bem escrito — e estava fundamentado e embasado em assuntos que realmente mereciam ser trazidos ao conhecimento do Plenário desta Casa.

Porém, no encerramento do seu pronunciamento, e já sem oportunidade de apartear-lo, o Deputado Fiori Luiz agiu como tem sido peculiar no seu comportamento, nervosamente, procurando desgastar a imagem do Governador do Estado, atribuindo-lhe única e exclusivamente como homem que está fazendo política, sem preocupar-se com o interesse público.

Porém, neste aparte, queremos registrar o nosso protesto e dizer aqui, de público, o que o Paraná inteiro já sabe e está vendo, de que Ney Braga é um homem que tem uma existência toda a serviço deste Estado; de que Ney Braga é um homem que administra fazendo política, cumprindo, assim, a sua obrigação, porque todos nós, políticos militantes, temos a obrigação de trabalhar pela nossa gente, e fazer política ao mesmo tempo, mas uma política sadia, uma política de realização, uma política a serviço do povo.

E é esta a política que Ney Braga tem feito.

Por isso, queremos registrar agora, que a parte final do pronunciamento do Deputado Fiori Luiz, não tem a nossa concordância, mas sim, o nosso protesto.

Era isso que queria dizer no aparte concedido por Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradecemos o brilhante aparte de Vossa Excelência, que só vem nos ilustrar, nos orientar, Deputado Augusto Carneiro.

Queria prosseguir e fazer do Paraná, testemunha: Ney Braga não precisa fazer apologia de sua própria pessoa. Como também, não precisa o Sr. Secretário da Saúde, que nos deu,

há poucos instantes, o prazer de sua presença, para atender cinco Prefeitos da minha região.

Sua Excelência é tecnicamente afeito aos interesses da saúde paranaense; homem que não se curvou às multinacionais, quando se mandava fazer demagogia sobre a vacina Sabin; homem que, com sua equipe de trabalho, no sábado e domingo, com seu trabalho, seu espírito paranista, trabalhou para que 90 por cento das crianças, de zero a cinco anos de idade, fossem vacinadas contra a poliomielite.

Onde está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a verdade da Oposição?

Oposição que tem a obrigação de zelar pela verdade, porque Ney Braga é um homem que não quer outra coisa, a não ser dar sua mão para que, unidos, façamos do Paraná, o grande Estado no concerto da Nação e do Brasil, que foi qualificado como a terceira potência do mundo, este País gigante.

Embora a discordância da Oposição, haveremos de, unidos, levar esta Pátria querida para um lugar de destaque no concerto dos países que clamam por justiça, o mundo cristão, fora da égide da foice e do martelo, mas tendo como égide a cruz de Cristo, que há de nos orientar para que possamos, entrelaçados, como um bloco monolítico, para que unidos possamos, como uma bola de neve — como dizia Nelson Maculan — crescer em benefício do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Consulto à Liderança do PP, se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente, lhe é concedido. Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Vereador Idair Mansino, de Francisco Beltrão.

A Mesa dá conhecimento aos Srs. Deputados que o Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, convoca os Srs. Membros da referida Comissão, para a reunião que terá lugar no dia de hoje, após a sessão plenária, ocasião em que os Srs. Ernesto Valente Goubert, Diretor-Presidente da PARANATUR, e João José Bigarella, Presidente da ADEA, prestarão esclarecimentos sobre a questão do aproveitamento turístico da Ilha do Mel.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, renunciando a condição de suplente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que estuda prováveis irregularidades no DETRAN. — Deferido. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 94/79), que revoga o parágrafo único do Artigo 142, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, introduzido pela Lei n.º 6762, de 23/12/75, e modificada pela Lei n.º 7071, de 28/12/78. (Vantagens na aposentadoria a funcionários com mais de 50 anos de serviço). Pareceres Contrário da C.C.J., e Favorável da C.R.H., em regime de urgência.

Sobre o referido projeto, emenda de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, devidamente apoiada, no seguinte teor:

“EMENDA N.º 01

AO PROJETO DE LEI N.º 125/79

O Art. 2.º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor, noventa (90) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1980.

(a) PAULO CAMARGO

APOIAMENTO: Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Werner Wanderer e Nelson Buffara”.

Em votação a emenda. — Aprovada.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, solicito verificação de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Requeiro seja procedida a chamada nominal, antes da verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. Será procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É feita a chamada).

Responderam à chamada, 33 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Atendendo questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Lineu Turra, a Mesa irá proceder à verificação de votação, referente à Emenda n.º 01, subscrita pelo Sr. Deputado Paulo Camargo.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se (Pausa).

29 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Aprovado.

Em votação o projeto. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 34/80), que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinado ao pagamento de pensão especial à viúva e filhos do sevidor estadual do Tribunal de Justiça, falecido em consequência de acidente em serviço, na forma da lei. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Juraci S. Rola. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Arthur Mueller, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela passagem do “Jubileu de Prata” da ordenação sacerdotal do Padre Francisco Prandini. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, objetivando a construção de nova ponte sobre o Rio das Cinzas. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo a instalação de uma representação do FUNRURAL no recém-criado Município de Jesuítas. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, no sentido de que determinem à EMOPAR, que proceda reformas em diversos prédios públicos localizados no Município de Nova Aurora. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, lido

da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de encaminhar a este Poder mensagem sobre a fundamentação da minuta ora apresentada aos Magistrados, dispondo, para efeito de aposentadoria, que seja computado até o máximo de cinco (05) anos o tempo de serviços prestados à Justiça Eleitoral do Estado. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Tribunal de Contas, consubstanciado em pedido de informações, referente à estrutura do referido Tribunal e seu funcionamento. Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, visando a instalação de uma agência do referido banco, nos Municípios de Cafelândia D'Oeste e Três Barras do Paraná, recém-criados. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Banco do Brasil, Banco Central e Conselho Monetário Nacional, visando a instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil nos Municípios de Três

Barras e Cafelândia D'Oeste. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Justiça, encarecendo seu empenho para que sejam criadas as Comarcas de Leópolis e Sertaneja. — Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário da Justiça, pela inauguração do Centro de Treinamento de Mão-de-Obra "Ivens Lagoano Pacheco". — Aprovado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

7 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.